



Serra das Almas F1 Holding S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024
e 2023
e relatório do auditor
independente



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações do fluxo de caixa	11
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	14

Serra das Almas F1 Holding S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas
Serra das Almas F1 Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Serra das Almas F1 Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Serra das Almas F1 Holding S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Serra das Almas F1 Holding S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by:
Patricio Marques Roche
Signed By: Patricio Marques Roche 9530540734
CPF: 9530540734
Signed Time: 28 March 2025 | 18:25 BRT
ICP-Brasil, CN: Certificado Digital PF A1
C: BR
Issuer: AC: Sinculart@Multiple
AA7805429720482...

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Serra das Almas F1 Holding S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro

(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	68.071	15	77.467	19
Títulos e valores mobiliários	5	2.925.778	449.424	216.951.122	27.219.127
Contas a receber		1.409.930	-	1.409.930	-
Tributos a recuperar	6	97.554	-	4.071.349	501.690
Adiantamentos a fornecedores		-	-	272.451.818	81.571.780
Despesas antecipadas		1.322	1.322	1.322	2.863.721
		4.502.655	450.761	494.963.008	112.156.337
Não circulante					
Tributos a recuperar	6	-	83.947	-	83.947
Investimentos	7	1.293.191.351	243.018.484	-	-
Imobilizado	8	-	-	1.759.518.801	477.778.426
Intangíveis		-	-	54.518.933	54.518.933
Outros ativos		1.676	1.676	15.440	15.440
		1.293.193.027	243.104.107	1.814.053.174	532.396.746
Total de ativos		1.297.695.682	243.554.868	2.309.016.182	644.553.083
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Contas a pagar	10	458.809	23.367	43.454.029	20.899.214
Tributos a recolher	9	445.144	1.046	2.084.496	1.059.279
Contas a pagar a partes relacionadas	18.1	-	-	30.668.892	18.731.679
Adiantamentos de clientes		-	-	790	-
Empréstimos e financiamentos		-	-	25.022.987	-
Impostos a recolher		181.640	42.912	1.208.403	669.448
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	-	-	37.893.448
		1.085.593	67.325	102.439.597	79.253.068
Não circulante					
Empréstimos com partes relacionadas		-	-	909.966.496	321.812.472
		-	-	909.966.496	321.812.472
Patrimônio líquido					
Capital social	12.1	830.859.524	145.218.423	830.859.524	145.218.423
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.2	470.300.000	101.200.000	470.300.000	101.200.000
Prejuízos acumulados		(4.549.435)	(2.930.880)	(4.549.435)	(2.930.880)
Total do patrimônio líquido		1.296.610.089	243.487.543	1.296.610.089	243.487.543
Total do passivo e patrimônio líquido		1.297.695.682	243.554.868	2.309.016.182	644.553.083

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra das Almas F1 Holding S.A.
Demonstração do resultado do exercício
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	13	5.217.831	-	5.217.831	-
Custos das vendas	14	(1.815.641)	-	(1.815.641)	-
Lucro bruto		3.402.190	-	3.402.190	-
Despesas gerais e administrativas	15	(262.923)	(97.624)	(3.313.227)	(2.327.278)
Equivalência patrimonial	7	(4.668.237)	(2.888.414)	-	-
Outras receitas e despesas		-	-	(308.221)	-
Prejuízo operacional		(1.528.970)	(2.986.038)	(219.258)	(2.327.278)
Despesas financeiras	16	(6.988)	(7.005)	(6.988)	(44.086)
Receitas financeiras	16	58.330	283.397	58.330	288.254
Resultado financeiro		51.342	276.392	51.342	244.168
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.477.628)	(2.709.646)	(167.916)	(2.083.110)
Imposto renda e contribuição social corrente	17	(140.927)	(42.912)	(1.450.639)	(669.448)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		(1.618.555)	(2.752.558)	(1.618.555)	(2.752.558)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra das Almas F1 Holding S.A.

*Demonstração do resultado abrangente
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2.024	2023
Prejuízo do exercício	(1.618.555)	(2.752.558)	(1.618.555)	(2.752.558)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(1.618.555)	(2.752.558)	(1.618.555)	(2.752.558)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Serra das Almas F1 Holding S.A.

*Demonstração das mutações do patrimônio líquido
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023		1.000	131.417.423	(178.322)	131.240.101
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.2	-	115.000.000	-	115.000.000
Aumento de capital		145.217.423	(145.217.423)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(2.752.558)	(2.752.558)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		145.218.423	101.200.000	(2.930.880)	243.487.543
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.2	-	1.054.741.101	-	1.054.741.101
Aumento de capital		685.641.101	(685.641.101)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(1.618.555)	(1.618.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		830.859.524	470.300.000	(4.549.435)	1.296.610.089

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra das Almas F1 Holding S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(1.618.555)	(2.752.558)	(1.618.555)	(2.752.558)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:				
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	16 (58.330)	(283.397)	(58.330)	(283.397)
Imposto de renda e contribuição social corrente	17 140.927	42.912	1.450.639	669.448
Resultado de equivalência patrimonial	7 4.668.237	2.888.414	-	-
	3.132.279	(104.629)	(226.246)	(2.366.507)
Variações dos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	6 (1.409.930)	-	(1.409.930)	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(190.880.038)	(81.571.780)
Despesas antecipadas	-	-	2.862.399	(2.862.399)
Tributos a recuperar	(13.606)	(77.790)	(3.485.712)	(577.095)
Outros ativos	-	(1.676)	-	(15.440)
Tributos a recolher	9 444.098	119	1.025.217	1.029.339
Contas a pagar	10 435.442	7.654	(20.373.662)	(1.779.016)
Contas a pagar a partes relacionadas	18.1 -	-	11.937.213	12.995.305
Adiantamento de clientes	-	-	790	-
	(543.996)	(71.693)	(200.323.723)	(72.781.086)
Caixa gerado pelas operações				
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.202)	-	(911.685)	(192)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais	2.586.081	(176.322)	(201.461.654)	(75.147.785)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Pagamentos na aquisição de imobilizado e intangível	8 -	-	(1.123.012.753)	(326.896.601)
Aporte de capital nas investidas	7 (1.054.841.101)	(116.600.000)	-	-
Resgates em títulos e valores mobiliários	(2.418.025)	(166.027)	(186.491.419)	(24.901.038)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.057.259.126)	(116.766.027)	(1.309.504.172)	(351.797.639)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	685.641.101	-	590.100.000	-
Empréstimos obtidos	-	-	25.000.000	-
Empréstimos obtidos de partes relacionadas	18.2 -	-	544.212.780	309.565.165
Pagamento de juros sobre empréstimos - partes relacionadas	18.2 -	-	(10.424.158)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11 369.100.000	115.000.000	369.100.000	115.000.000
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(6.945.348)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	1.054.741.101	115.000.000	1.511.043.274	424.565.165
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	68.056	(1.942.349)	77.448	(2.380.259)
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	15	1.942.364	19	2.380.278
No final do exercício	68.071	15	77.467	19
	68.056	(1.942.349)	77.448	(2.380.259)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra das Almas F1 Holding S.A.

*Demonstração dos fluxos de caixa
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado com instrumentos derivativos	-	-	30.948.100	78.532.274
Provisão de juros - partes relacionadas	-	-	(54.365.403)	12.247.307
Juros sobre empréstimos e debêntures	-	-	(22.987)	-
Rendimento de títulos e valores mobiliários	-	-	4.330.765	(2.037.692)
IOF	-	-	(879.429)	-
Outras despesas e receitas financeiras	-	-	(269.090)	3.000
Aquisição de imobilizado	-	-	42.928.477	20.809.139
Subscrição de capital - crédito de turbinas	-	-	95.541.101	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Serra das Almas F1 Holding S.A. (“Companhia”), constituída por sua única controladora, a EDF EN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, é uma Sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, regida pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), com sede e principal estabelecimento na Avenida Almirante Barroso, 00052, sala 1801 e 1802, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20.031-918, constituída em 27 de novembro de 2019. Seu acionista controlador final é a EDF Renouvelables S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da República Francesa, com sede em Coeur Défense, Tour B, 100, Esplanade du Général de Gaulle, 92932 Paris, la Défense Cedex.

A Companhia tem os propósitos definidos em seu objeto social de participação no capital de outras sociedades, no país ou no exterior, como sócia ou acionista.

Importante citar ainda que os investidores da Companhia garantem a injeção de capital para manutenção de suas atividades e liquidação de suas obrigações.

O projeto está atualmente em fase de construção e possui uma previsão de entrada em operação comercial total até maio de 2025.

1.1 Da autorização para operação

O projeto Serra das Almas fase 1 compõe a primeira fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Fase 1, está localizada no município de Urandi – BA e a autorização para exploração foi adquirida através de Outorga, realizado pela ANEEL.

O projeto está constituído pela Holding e seis companhias: Parque Eólico Serra das Almas I S.A. (“Almas I”), Parque Eólico Serra das Almas II S.A. (“Almas II”), Parque Eólico Serra das Almas III S.A. (“Almas III”), Parque Eólico Serra das Almas IV S.A. (“Almas IV”), Parque Eólico Serra das Almas V S.A. (“Almas V”), Parque Eólico Serra das Almas VI S.A. (“Almas VI”), que representam os parques eólicos do complexo.

O Complexo Eólico Serra das Almas Fase 1, localizado no município de Urandi-BA tem o compromisso de implantar e explorar o sistema de interesse restrito da central geradora, compartilhado pelas Serra das Almas I a VI, constituído de uma subestação coletora de 230/34,5 KV junto à usina, 2x150MVA, e uma linha de transmissão em 230 kV, em circuito duplo, de aproximadamente 22km (vinte e dois quilômetros), de extensão, conectando-a à subestação seccionadora 500/230kV – 1x660MVA SE Serra das Almas I). A SE Serra das Almas I seccionará o circuito 1 da LT 500kV Igaporã III – Janaúba 3 sob responsabilidade da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. Abaixo detalhamento dos projetos:

Contrato / Leilão	Outorga	Data da publicação	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade Instalada (MW)
EOL SERRA DAS ALMAS I	REA 8.849	26/05/2020	35 anos	9	4,5
EOL SERRA DAS ALMAS II	REA 8.850	26/05/2020	35 anos	10	4,5
EOL SERRA DAS ALMAS III	REA 8.851	26/05/2020	35 anos	9	4,5
EOL SERRA DAS ALMAS VI	REA 8.852	26/05/2020	35 anos	10	4,5



ALMAS IV

EOL SERRA DAS

ALMAS V REA 8.853 26/05/2020 35 anos 10 4,5

EOL SERRA DAS

ALMAS VI REA 8.854 26/05/2020 35 anos 10 4,5

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2025.

2.2 Continuidade operacional

A Companhia sofreu prejuízo no montante de R\$ 1.618.555 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (prejuízo de R\$ 2.752.558 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023), e, nessa data, o ativo circulante consolidado excede o passivo circulante consolidado em R\$ 392.523.411, em comparação ao excedente de R\$ 32.903.269 em 31 de dezembro de 2023.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que os prejuízos são esperados uma vez que os parques estão ainda em fase pré-operacional e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 19.

2.4 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores, adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas, transações com partes relacionadas, pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou

seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 19.

2.5 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

(a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em suas controladas são contabilizados através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Empresas constituídas	Participação
Parque Eólico Serra das Almas I S/A	100%
Parque Eólico Serra das Almas II S/A	100%
Parque Eólico Serra das Almas III S/A	100%
Parque Eólico Serra das Almas IV S/A	100%
Parque Eólico Serra das Almas V S/A	100%
Parque Eólico Serra das Almas VI S/A	100%

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações com controladas e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da

mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.6 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

2.7 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

Estimativa	Nota Explicativa
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.5
Capitalização de custos no ativo imobilizado	3.5
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.7

2.8 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia e suas controladas. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras

individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.7). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem adiantamentos a fornecedores, despesas antecipadas e caixa e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii. Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme evidenciado na nota 11.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com partes relacionadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

i. Hedge

Um objeto de hedge pode ser um ativo ou passivo reconhecido, um compromisso firme não reconhecido, uma transação prevista e altamente provável ou um investimento líquido em operação no exterior. A contabilidade de hedge reconhece os efeitos de compensação no resultado das alterações nos valores justos do instrumento de hedge e do item protegido.

ii. Hedges de fluxo de caixa

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco da taxa de câmbio, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Investimento em controladas

O investimento em controladas (Parque Eólico Serra das Almas I S.A, Parque Eólico Serra das Almas II S.A, Parque Eólico Serra das Almas III S.A, Parque Eólico Serra das Almas IV S.A, Parque Eólico Serra das Almas V S.A, Parque Eólico Serra das Almas VI S.A) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.5 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A Depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto

reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

A Companhia se encontra em período de construção, e a depreciação de seus imobilizados está atrelada a entrada em operação comercial de suas controladas. Neste período de construção, os custos inerentes ao processo de construção dos projetos são capitalizados em seu imobilizado quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e quando tais custos possam ser mensurados com confiança. Os custos que não são elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesa no exercício, conforme incorridos.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(a) Gastos com projetos eólicos

Os gastos com desenvolvimentos de projetos eólicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Os gastos com projetos eólicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos eólicos. Tais gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização.

3.7 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(a) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos

financeiros.

(b) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa

de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamentos nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.11 Resultados financeiros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado a partir do momento que as SPEs entram em operação comercial.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, resultado com

instrumentos financeiros derivativos, variações cambiais, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou

produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos a partir do momento que as SPEs entram em operação comercial.

Durante o período de construção dos parques, o resultado financeiro elegível à capitalização é capitalizado e integrado ao imobilizado do projeto.

3.12 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com que estabelece o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”). O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

3.13 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real, enquanto as empresas operacionais

(controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(a) Lucro presumido

As controladas que são classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(b) Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(c) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(d) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.14 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser

afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de impairment de 2023, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

3.15 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

A seguir, apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2024, que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 26 / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos;
- CPC 03 / IAS 7: Demonstrações do Fluxo de Caixa; e
- CPC 40 / IFRS 7: Instrumentos Financeiros.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

(b) Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 21 - Falta de conversibilidade: Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.
- IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- i. esclarecem a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- ii. esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- iii. adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características

- vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- iv. atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).
 - v. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.
- IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como ‘contracts referencing nature-dependent electricity’. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- i. (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de ‘own use’;
- ii. (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge); e
- iii. (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente

divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- i. medidas de desempenho definidas pela administração;
- ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e
- iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Bancos	68.071	15	77.467	19
Total	68.071	15	77.467	19

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 19.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Títulos e valores mobiliários	2.925.778	449.424	216.951.122	27.219.127
	2.925.778	449.424	216.951.122	27.219.127

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2024 de 98,75% sobre o DI CETIP ("CDI") rentabilidade do FIC Soberano DI Santander.

6 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
IRRF	87.573	-	688.999	501.690
Outros	9.981	-	3.382.350	-
	97.554	-	4.071.349	501.690
Não Circulante				
IRRF	-	83.947	-	83.947
	-	83.947	-	83.947
Total	97.554	83.947	4.071.349	585.637

Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Companhia e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.



7 Investimentos

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.5 (a)).

	Serra I	Serra II	Serra III	Serra IV	Serra V	Serra VI	Total
Saldo em 31/12/2023	32.266.607	32.591.691	30.364.605	79.454.099	35.373.519	32.967.963	243.018.484
Equivalência patrimonial	(809.937)	(649.742)	(462.426)	(1.303.715)	(923.234)	(519.183)	(4.668.237)
Aporte de capital	158.025.304	166.022.624	173.575.304	311.772.624	171.422.624	74.022.624	1.054.841.104
Saldo em 31/12/2024	189.481.97	197.964.57	203.477.48	389.923.00	205.872.90	106.471.40	1.293.191.35
	4	3	3	8	9	4	1

	Serra I	Serra II	Serra III	Serra IV	Serra V	Serra VI	Total
Saldo em 31/12/2022	20.486.587	22.134.431	20.386.115	22.081.688	22.136.057	22.082.020	129.306.898
Equivalência patrimonial	(569.980)	(342.740)	(321.510)	(497.589)	(792.538)	(364.057)	(2.888.414)
Aporte de capital	12.350.000	10.800.000	10.300.000	57.870.000	14.030.000	11.250.000	116.600.000
Saldo em 31/12/2023	32.266.607	32.591.691	30.364.605	79.454.099	35.373.519	32.967.963	243.018.484

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

2024

	Serra I	Serra II	Serra III	Serra IV	Serra V	Serra VI
Ativo circulante	87.858.285	68.899.192	62.520.124	104.666.186	94.809.837	71.706.728
Ativo não circulante	268.029.029	285.385.719	266.040.596	356.999.713	339.545.902	298.050.541
Passivo circulante	36.544.163	12.442.175	11.554.515	16.922.863	12.088.205	11.802.085
Passivo não circulante	129.861.177	143.878.163	113.528.723	54.820.028	216.394.625	251.483.780
Patrimônio líquido	190.291.911	198.614.315	203.939.908	391.226.723	206.796.143	106.990.587
Lucro do exercício	(809.937)	(649.742)	(462.426)	(1.303.715)	(923.234)	(519.183)

2023

	Serra I	Serra II	Serra III	Serra IV	Serra V	Serra VI
Ativo circulante	3.580.842	1.715.563	3.882.012	6.693.226	91.973.602	3.860.331
Ativo não circulante	67.675.312	74.771.506	65.495.434	147.531.328	104.901.497	71.936.046
Passivo circulante	9.991.035	11.676.211	10.014.329	25.767.660	11.129.377	10.607.131
Passivo não circulante	28.998.512	32.219.167	28.998.512	49.002.795	150.372.203	32.221.283
Patrimônio líquido	32.836.587	32.934.431	30.686.115	79.951.688	36.166.057	33.332.020
Lucro do exercício	(569.980)	(342.740)	(321.510)	(497.589)	(792.538)	(364.057)

Serra das Almas F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



8 Imobilizado

	Consolidado				
	2024				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	Reversão	Saldo em 31/12/2024
Adiantamento para aquisição de ativos	129.245.949	1.505.960.481	348.532.477	(263.248.004)	1.720.490.903
Instalações em construção	300.429.761	-	(300.429.761)	-	-
Capitalização do resultado financeiro	48.102.716	-	(48.102.716)	-	-
Imobilizado em andamento	-	39.027.898	-	-	39.027.898
Total	477.778.426	1.544.988.379	-	(263.248.004)	1.759.518.801
Custo	477.778.426				1.759.518.801
Depreciação acumulada	-				-
Imobilizado líquido	477.778.426				1.759.518.801

	Consolidado				
	2023				
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Transferência	Reversão	Saldo em 31/12/2023
Adiantamento para aquisição de ativos	69.909.286	75.324.658	(15.987.995)	-	129.245.949
Instalações em construção	12.060.684	272.381.082	15.987.995	-	300.429.761
Capitalização do resultado financeiro	(40.642.173)	88.744.889	-	-	48.102.716
Total	41.327.797	436.450.629	-	-	477.778.426
Custo	41.327.797				477.778.426
Depreciação acumulada	-				-
Imobilizado líquido	41.327.797				477.778.426

(i) Referem-se aos custos capitalizados, com base na evidência de benefício econômico futuro, durante a fase de desenvolvimento e construção dos parques eólicos e que são necessários para colocar o ativo no local e em condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração. Foram capitalizados despesas e receitas financeiras, tais como despesas de juros, rendimentos sobre o montante captado e resultado de instrumentos derivativos para construção dos ativos.

A Companhia efetuou uma avaliação de indicativos de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização para os seus ativos.

9 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS sobre faturamento	79.205	-	79.205	-
COFINS sobre faturamento	364.900	32	364.900	32
Tributos retidos na fonte	1.039	1.014	1.640.383	1.059.247
ICMS	-	-	8	-
	445.144	1.046	2.084.496	1.059.279

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no ano subsequente a cada exercício demonstrado acima.

10 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Serviços prestados	22.974	22.974	86.967	89.682
Aquisição de imobilizado	-	-	42.928.477	20.809.139
Custo com energia elétrica	435.835	-	435.835	-
Taxas e emolumentos	-	393	-	393
Outros	-	-	2.750	-
	458.809	23.367	43.454.029	20.899.214

11 Instrumentos financeiros derivativos

Em 04 de novembro de 2022 foi assinado o contrato para operações de derivativos entre o Banco BNP Brasil S.A. e as SPEs do complexo de Serra das Almas F1 (Hedge “NDF”), cujo vencimento da operação está para Outubro de 2024.

O objetivo desta captação é a proteção parcial de contrato com fornecedores, indexados à moeda estrangeira “EURO”, valor nominal EUR 54.176.060 e indexado à moeda estrangeira “Dólar”, valor nominal US\$ 42.981.770. Abaixo, apresentamos a movimentação desta operação:

Empresa	Saldo inicial em 31/12/2023	Ganho	Liquidação	Saldo final em 31/12/2024
Parque Eólico Serra das Almas I S/A	(5.880.018)	6.119.827	(239.809)	-
Parque Eólico Serra das Almas II S/A	(6.533.353)	497.9356	1.553.997	-
Parque Eólico Serra das Almas III S/A	(5.880.018)	5.778.492	101.526	-
Parque Eólico Serra das Almas IV S/A	(6.533.353)	5.445.047	1.088.306	-
Parque Eólico Serra das Almas V S/A	(6.533.353)	5.336.658	1.196.695	-
Parque Eólico Serra das Almas VI S/A	(6.533.353)	3.288.720	3.244.633	-
Saldo atualizado em 31/12/2023	(37.893.448)	30.948.100	6.945.348	-

Empresa	Saldo final em 31/12/2022	Perda	Saldo final em 31/12/2023
Parque Eólico Serra das Almas I S/A	6.306.025	(12.186.043)	(5.880.018)
Parque Eólico Serra das Almas II S/A	7.006.694	(13.540.047)	(6.533.353)
Parque Eólico Serra das Almas III S/A	6.306.025	(12.186.043)	(5.880.018)
Parque Eólico Serra das Almas IV S/A	7.006.694	(13.540.047)	(6.533.353)
Parque Eólico Serra das Almas V S/A	7.006.694	(13.540.047)	(6.533.353)
Parque Eólico Serra das Almas VI S/A	7.006.694	(13.540.047)	(6.533.353)
Saldo atualizado em 31/12/2023	40.638.826	(78.532.274)	(37.893.448)

A Companhia se encontra em período de construção e os custos financeiros relacionados à contratação de Hedge, estão sendo capitalizados até a data da entrada em operação dos projetos, não figurando efeito em seu resultado.

12 Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 830.859.524 (R\$ 145.218.423 em 2023), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 830.859.524 (145.218.423 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	Participação%	2024	2023
Acionistas			
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	830.859.524	145.218.423
		830.859.524	145.218.423

12.2 AFAC

A Companhia tem registrado em seu balanço em dezembro de 2024 um montante de R\$ 470.300.000 a título de AFAC de sua única controladora EDF EN para cumprimento de suas obrigações.

	Participação%	2024	2023
Acionistas			
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	470.300.000	101.200.000
		470.300.000	101.200.000

13 Receita de vendas

	Controladora	
	2024	2023
Receita bruta de vendas de energia	5.773.996	-
Receita bruta	5.773.996	-

(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(99.161)	-
COFINS	(457.004)	-
Total das deduções da receita bruta	(556.165)	-
Receita líquida	5.217.831	-

14 Custos

	Controladora	
	2024	2023
Custos operacionais		
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(100.418)	-
Aquisição de energia elétrica	(1.715.223)	-
	(1.815.641)	-
Total dos custos de vendas	(1.815.641)	-

15 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas administrativas				
Despesas legais	(5.755)	(938)	(104.952)	(93.836)
Outras despesas administrativas	-	-	-	(73.057)
	(5.755)	(938)	(104.952)	(166.893)
Impostos e taxas				
Multas	(998)	-	(76.311)	-
Imposto e taxas diversas	(10.313)	(13.683)	(10.636)	(323.700)
	(11.311)	(13.683)	(86.947)	(323.700)
Despesas com serviços prestados				
Honorários de contadores	(67.101)	(62.784)	(479.454)	(432.709)
Serviços de consultoria	(13.056)	-	(2.336.162)	(159.277)
Honorários de auditores	(165.700)	(14.523)	(288.764)	(101.663)
Honorários de advogados	-	(5.696)	-	(1.143.036)
Outros serviços (Despesas)	-	-	(16.948)	-
	(245.857)	(83.003)	(3.121.328)	(1.836.685)
Total das despesas administrativas	(262.923)	(97.624)	(3.313.227)	(2.327.278)



16 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Rendimento de títulos e valores mobiliários	58.330	283.397	58.330	283.397
Descontos obtidos	-	-	-	4.857
	58.330	283.397	58.330	288.254
Despesas financeiras				
Juros sobre outras operações (i)	(547)	-	(547)	(12.537)
Despesas bancárias	(3.769)	(1.855)	(3.769)	(26.010)
Despesas com IOF	(2.672)	(5.117)	(2.672)	(5.506)
Outras despesas financeiras	-	(33)	-	(33)
	(6.988)	(7.005)	(6.988)	(44.086)
Resultado financeiro	51.342	276.392	51.342	244.168

(i) Juros e multas incorridos em pagamentos realizados em atraso.

17 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Receita bruta de vendas	5.773.996	5.773.996
Varição do contas a receber	1.409.930	1.409.930
Efeito caixa das operações liquidadas	(1.462.638)	(1.462.638)
	5.721.288	5.721.288
Base presumida para o IRPJ (8%)	457.703	457.703
Base presumida para a CSLL (12%)	686.555	686.555
Receita financeira	58.330,02	4.326.714
Diferenças temporárias de períodos anteriores - IRPJ	(105.774)	(105.774)
Diferenças temporárias de períodos anteriores - CSLL	(185.301)	(185.301)
Base de cálculo - IRPJ	410.259	4.678.643
Base de cálculo - CSLL	559.584	4.827.967
Total do imposto de renda corrente	90.565	1.031.303
Total da contribuição social corrente	50.363	419.336
Encargo fiscal	140.927	1.450.639
Despesa com IR e CS correntes	(140.927)	(1.450.639)



Despesa com IR e CS diferidos	-	-
	(140.927)	(1.450.639)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	2,46%	25,36%
	2024	2024

Imposto por natureza

IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	121.095	121.095
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	19.832	1.329.544
	140.927	1.450.639

- (i) Em 2024 a companhia mudou o regime de tributação para lucro presumido.

18 Transações com partes relacionadas

18.1 Contas a pagar

	Consolidado	
	2024	2023
EDF EN do Brasil Participações Ltda. (i)	30.668.892	18.731.679
	30.668.892	18.731.679

- (i) Contrato de compartilhamento de custos entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração da usina eólica. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto eram referentes às despesas de rateio da EDF EN Brasil cuja liquidação ocorreu no exercício de 2025.

18.2 Empréstimos a pagar – partes relacionadas

O contrato de empréstimo foi pactuado em R\$ (Reais), e tem seu vencimento padrão para 3 meses após a entrada em operação comercial de cada SPE. Sua atualização (taxa de juros) é realizada com base na SELIC + Spread (2,5%).

	Consolidado	
	2024	2023
EDF EN FUNDING	909.966.496	321.812.472
	909.966.496	321.812.472

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos concedido pela controladora às partes relacionadas:



Consolidado	
Saldo final em 31/12/2023	321.812.472
(+) Aquisição de principal	544.212.780
(+) Juros capitalizado	54.365.402
(-) Amortização de juros	(10.424.158)
Saldo final em 31/12/2024	909.966.496

Consolidado	
Saldo em 31/12/2022	-
(+) Aquisição de principal	309.565.165
(+) Juros capitalizado	12.247.307
(-) Amortização de juros	-
Saldo final em 31/12/2023	321.812.472

18.3 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2024 e 2023 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora da Companhia, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nestes períodos.

19 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 – Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 – Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 – Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições

vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

Serra das Almas F1 Holding S/A

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	68.071	15	77.467	19
Contas a receber	1.409.930	-	1.409.930	-
Despesas antecipadas	1.322	1.322	1.322	2.863.721
Adiantamentos a fornecedores	-	-	272.451.818	81.571.780
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	2.925.778	449.424	216.951.122	27.219.127
Instrumentos financeiros de hedge (passivo)	-	-	-	37.893.448
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	458.809	23.367	43.454.029	20.899.214
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	909.966.496	321.812.472
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	30.668.892	18.731.679
Empréstimos e financiamentos	-	-	25.022.987	-

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de hedge - Os valores contábeis de títulos e valores mobiliários informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5). Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato é celebrado e são subsequentemente remensurados ao valor justo.
- Caixa e bancos, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas, dividendos a receber e a pagar, adiantamentos a fornecedores, despesas antecipadas - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos com partes relacionadas - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Companhia, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

19.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos



financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	68.071	15	77.467	19
Despesas antecipadas	1.322	1.322	1.322	2.863.721
Adiantamentos a fornecedores	-	-	272.451.818	81.571.780
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	2.925.778	449.424	216.951.122	27.219.127

19.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia tem seu passivo substancialmente indexado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e no mercado inflacionário com a correção dada pelo mesmo índice, motivo pelo qual apresentamos análise de sensibilidade da exposição no item (19.5) desta nota.

19.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Companhia efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros, com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates, de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	Controladora			
	2024	2023		
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos

Serra das Almas F1 Holding S/A

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Contas a pagar	458.809	-	23.367	-
	458.809	-	23.367	-

Consolidado

	2024		2023	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	43.454.029	-	20.899.214	-
Contas a pagar a partes relacionadas	30.668.892	-	18.731.679	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	909.966.496	-	321.812.472
	74.122.921	909.966.496	39.630.893	321.812.472

19.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

19.5 Gestão de capital

A Companhia obtém recursos através do aporte de seus acionistas. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2024, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2025 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 3 de dezembro de 2024, cuja valor definido foi de 5,00% a.a., sendo esta definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto).

Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo de Financiamento 2024	Risco	Juros Projetados para 2025		
			Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					
BNB	25.022.987	SELIC	5.253.811	6.524.352	7.783.695

Green Bond SDA I	129.861.177	IPCA	17.792.878	22.241.098	26.689.318
Green Bond SDA II	143.878.163	IPCA	20.525.897	25.657.371	30.788.846
Green Bond SDA III	113.528.723	IPCA	21.130.134	26.412.668	31.695.201
Green Bond SDA IV	54.820.028	IPCA	7.158.686	8.948.358	10.738.029
Green Bond SDA V	216.394.625	IPCA	29.851.390	37.314.238	44.777.085
Green Bond SDA VI	251.483.780	IPCA	41.433.561	51.791.951	62.150.341

20 Compromissos assumidos

20.1 Compromissos com fornecedores

A Companhia possui contratos assinados para fornecimento de equipamentos para o ano de 2025, celebrados substancialmente em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma:

2025	ALMASI	ALMASII	ALMASIII	ALMASIV	ALMASV	ALMASVI	TOTAL
WTG – Fornecimento de turbinas	15.717.391	26.807.133	15.717.391	17.463.765	17.463.765	17.463.765	110.633.210
Electrical - Serviços de instalação e montagem elétrica	302.660	247.754	270.831	55.827.799	219.930	248.313	57.117.288
Civil – Serviços de Construção	3.461.124	3.808.918	3.379.969	3.808.918	3.727.763	3.808.918	21.995.610
TOTAL	19.481.175	30.863.805	19.368.191	77.100.482	21.411.458	21.520.997	189.746.108

20.2 Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme contratos celebrados, demonstrados abaixo:

	SDA Holding		SDA I	
	2025	2026-2037	2025	2026-2037
Volume [MWh]	118.920	-	87.297	2.221.920
ACL Preço [R\$/MWh]	183	-	207	194
Subtotal [R\$]	21.742.043	-	18.068.428	430.089.913
Total [R\$]	21.742.043	-	18.068.428	430.089.913
	SDA II		SDA III	
	2025	2026-2037	2025	2026-2037
Volume [MWh]	33.775	859.669	58.245	1.482.486
ACL Preço [R\$/MWh]	201	194	206	194
Subtotal [R\$]	6.774.003	166.403.286	12.024.691	286.959.981

**Coberturas****Importâncias
seguradas**

Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil Cruzada, poluição súbita e acidental

R\$ 94.179.245

22 Eventos Subsequentes

Serra das Almas I - Em 02/01/2025 ocorreu o desembolso da segunda parcela do empréstimo-ponte junto ao BNB no montante de R\$25.000.000,00

Serra das Almas II - Em 02/01/2025 ocorreu o desembolso do empréstimo-ponte junto ao BNB no montante de R\$50.000.000,00

Certificate Of Completion

Envelope Id: B7D3338E-88D2-4887-91FE-E7225B63B2BC

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: DF's_Serra das Almas F1 Holding_Dez_2024..pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 40

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Felipe Azevedo

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

felipe.azevedo@pwc.com

IP Address: 134.238.159.50

Record Tracking

Status: Original

28 March 2025 | 17:33

Holder: Felipe Azevedo

felipe.azevedo@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

28 March 2025 | 18:25

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Patrício Marques Roche

patricio.roche@pwc.com

Sócio

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SyngularID Multipla

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

Signature

DocuSigned by:

AA780542972D492...

Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 134.238.160.200

Timestamp

Sent: 28 March 2025 | 17:38

Viewed: 28 March 2025 | 18:20

Signed: 28 March 2025 | 18:25

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Felipe Azevedo

felipe.azevedo@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

COPIED

Sent: 28 March 2025 | 18:25

Viewed: 28 March 2025 | 18:25

Signed: 28 March 2025 | 18:25

Witness Events

Signature

Timestamp

Notary Events

Signature

Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	28 March 2025 17:38
Certified Delivered	Security Checked	28 March 2025 18:20
Signing Complete	Security Checked	28 March 2025 18:25
Completed	Security Checked	28 March 2025 18:25

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------